

PERTENCIMENTO RELIGIOSO E VOCAÇÃO POLÍTICA: ESTUDO DE CASO ACERCA DAS RAZÕES RELIGIOSAS DO EXERCÍCIO PARLAMENTAR

RELIGIOUS BELONGING AND POLITICAL VOCATION: CASE STUDY ON THE RELIGIOUS REASONS FOR PARLIAMENTARY EXERCISE

Emanuel Freitas da Silva¹

UECE: <https://orcid.org/0000-0001-6304-4316>

Monalisa Lima Torres²

UECE: <https://orcid.org/0000-0002-2272-4187>

DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n32ID25796

Resumo

O objetivo deste artigo é o de analisar as representações que parlamentares ligados a denominações religiosas elaboram acerca da legitimidade do exercício parlamentar a partir da ideia de vocação, gerada pela própria pertença religiosa. Em outras palavras, pretendemos responder à seguinte questão: a partir de que elementos a pertença religiosa é acionada como legitimadora de pretensões eleitorais e exercício parlamentar no Brasil contemporâneo? Partindo das noções de vocação, legitimidade e trajetória, analisou-se as “razões religiosas” elencadas por dois vereadores da cidade de Fortaleza (Ceará) como mecanismos de legitimação do ingresso e da permanência na política: o católico carismático Jorge Pinheiro (PSDB) e a evangélica da Assembleia de Deus, Priscila Costa (PSC). A vocação política, tal qual mobilizada por esses parlamentares, carrega dois sentidos: por um lado a acepção weberiana de vocação,

¹ E-mail: emanuel.freitas@uece.br

² E-mail: monalisatorresuece@gmail.com

segundo a qual a atividade política deve servir de meio para a defesa de uma “causa”. Por outro, a própria inserção no campo político, o “chamamento”, por assim dizer, para a atividade representativa deriva da necessidade de grupos de identidade religiosa, a partir de espaços institucionais, inculcar sua “visão de mundo cristã” e influenciar políticas públicas que os afetam direta ou indiretamente. O entendimento de que suas atividades políticas cumprem uma “missão” através da estrutura institucional reforça a legitimidade de seus mandatos frente às comunidades religiosas que representam confirmando a ideia de que são vocacionados para a política.

Palavras-chave: Pertença religiosa. Representação política. Vocação política.

Abstract

The objective of this article is to analyze the representations that parliamentarians linked to religious denominations elaborate about the legitimacy of parliamentary exercise from the idea of vocation, generated by the religious belonging. In other words, we intend to answer the following question: from what elements is religious belonging triggered to legitimize electoral pretensions and the parliamentary exercise in contemporary Brazil? Based on the notions of vocation, legitimacy and trajectory, the “religious reasons” listed by two councilors from the city of Fortaleza (Ceará) were analyzed as mechanisms for legitimizing entry and permanence in politics: the charismatic catholic Jorge Pinheiro (PSDB) and the evangelical of the Assembleia de Deus, Priscila Costa (PSC). The political vocation, as mobilized by these parliamentarians, carries two meanings: on the one hand, the weberian meaning of vocation, according to which political activity must serve as a means to defend a “cause”. On the other hand, the very insertion in the political field, the “call”, so to speak, for representative activity derives from the need for religious identity groups, from institutional spaces, to instill their “Christian worldview” and influence public policies that affect them directly or indirectly. The understanding that their political activities fulfill a “mission” through the institutional structure reinforces the legitimacy of their mandates vis-à-vis the religious communities they represent, confirming the idea that they are politically oriented.

Keywords: Religious belonging. Political representation. Political vocation.

Introdução

As relações entre religião e política no Brasil contemporâneo podem ser compreendidas a partir de diversos elementos, que vão desde a reconfiguração demográfica do país (com declínio constante do catolicismo ao aumento considerável de evangélicos, sobretudo de viés pentecostal), a representação político-institucional desses atores e, por isso mesmo, a possibilidade de pautar a agenda política local e nacionalmente. Podemos mesmo observar um considerável investimento de grupos religiosos no jogo político propriamente dito.

Temas até a pouco desconhecidos de grande parcela da sociedade brasileira (como questões de sexualidade, direitos reprodutivos, composição das universidades, outras modalidades de ensino) passaram a ser observados mais de perto a partir da entrada em cena de novos atores no campo político, cotidianizando expressões (tais como ideologia de gênero, marxismo cultural, *homeschooling*, conservadorismo etc.) que passaram a compor a “agenda política” em diversos espaços do país. Isso em parte se deve ao fato de que, a partir dos anos 1980, grupos religiosos, sobretudo evangélicos, começam a vocalizar uma posição de enfrentamento no espaço público, com destaque para o espaço institucional (sobretudo os Parlamentos), modificando uma certa perspectiva liberal-representativa do exercício da representação política.

Assim, tem sido cada vez mais frequente no debate público a participação de atores do campo religioso, com sua linguagem e sua gramática, levando a uma sempre maior percepção de que as fronteiras e os limites entre o universo da religião e o universo da política estão “borradas” ou difíceis de serem estabelecidos. No campo institucional isso tem sido observado, particularmente, na atuação de parlamentares ligados a igrejas, sobretudo evangélicas de viés (neo)pentecostal.

Pesquisadores de diversos campos, com destaque para a Sociologia da Religião e para a Ciência Política, têm apontado os contornos das relações entre religião e política não somente a nível nacional, mas também à nível internacional, com destaque para a América Latina³, ressaltando os momentos de disputa eleitoral e, após

³ Mas não somente; também os Estados Unidos, sobretudo desde os mandatos de George Bush, têm assistido a uma intensa mobilização de atores do campo religioso e a uma cada vez mais crescente teia de relações entre religião e formatação de políticas públicas. Sobre isso, ver Pereira (2009).

isso, as relações que se estabelecem dos Parlamentos, na formação de governos e na elaboração/aplicação de políticas públicas.

A religião se tornou, em certa medida, um dos modos de expressão de uma certa tradição agonística nos regimes de democracia representativa (MOUFFE, 2006). Com a formação do Estado Laico, em especial no Brasil, os atores do campo religiosos passaram a constituir, dentro dos partidos políticos, uma voz institucionalizada que, de dentro do Parlamento, protagoniza momentos de embate agonístico dentro da democracia representativa.

O objetivo deste artigo é o de analisar as representações que parlamentares ligados a denominações religiosas elaboram acerca da legitimidade do exercício parlamentar a partir da ideia de vocação, gerada pela própria pertença religiosa. Em outras palavras, pretendemos responder à seguinte questão: *a partir de que elementos a pertença religiosa é acionada como legitimadora de pretensões eleitorais e exercício parlamentar no Brasil contemporâneo?*

Partindo das noções de vocação, legitimidade e trajetória, analisaremos o que consideramos ser as “razões religiosas” elencadas por dois vereadores da cidade de Fortaleza (Ceará) como mecanismos de legitimação do ingresso e da permanência na política: o católico carismático Jorge Pinheiro (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e a evangélica da Assembleia de Deus, Priscila Costa (Partido Social Cristão - PSC). Analisando declarações dadas pelos dois durante uma entrevista, observaremos as relações entre a atuação política e os interesses de suas igrejas presentes em seus discursos. Com isso pretendemos entender uma construção particular da política a partir da ideia de que a legitimidade advém da inserção em um universo religioso e do trabalho aí desenvolvido.

O artigo está estruturado da seguinte forma: um breve balanço de estudos recentes (anos 2010) acerca das relações entre religião e política institucional no Brasil, destacando estudos sobre os católicos carismáticos e os evangélicos pentecostais; após isso, uma discussão teórico-metodológica acerca dos conceitos de *vocação* e *legitimidade* a partir da obra de Max Weber, de *trajetória* tal como pensando por Pierre Bourdieu e de *carreiras políticas* definidas por Marengo; apresentação e análise das trajetórias dos dois parlamentares; considerações finais.

Religião e representação política no Brasil contemporâneo

Um dos temas mais caros à Ciência Política é o da representação política. A consideração daquilo que os atores políticos fazem na esfera pública, uma vez eleitos, está diretamente relacionada com o aprimoramento, ou não, dos mais diversos processos dentro do arcabouço institucional democrático. No mundo contemporâneo, e em sua análise, a representação política tem sido compreendida a partir da dispersão do poder, ou de seus núcleos, entre as várias esferas ou grupos sociais, numa espécie de espaço centrífugo, em que diversos grupos sociais se equilibram a partir das dinâmicas da representação política, produzida pela realização de eleições periódicas.

O cientista político Robert Dahl (1915-2014) compreende a representação política como uma “exigência” do próprio regime democrático. Segundo ele, a representação, produzida por eleições livres e iguais, responderia - e somente ela o poderia fazer - a duas exigências do regime democrático: os cidadãos podem “*participar efetivamente* quando o número de pessoas se tornar exageradamente grande ou geograficamente disperso [...] na feitura de leis” e os cidadãos poderiam “ter a certeza de que as questões que mais os preocupam viriam a ser devidamente ponderadas” pela classe política, fazendo com que controlassem “o *programa de planejamento* das decisões do governo” (DAHL, 2016, p. 107 grifos dos autores). Assim, ao mesmo tempo em que seria produzida pela dispersão do poder no meio social, a representação também produziria a presença, ainda que *spectral*, do conjunto de cidadãos sobre os quais as decisões políticas interfeririam.

Mas, em outro momento, o autor também considera a problemática da “influência política”, ou a capacidade de “adquirir influência sobre as diretrizes, regras e decisões determinadas pelo governo” (DAHL, 1970, p. 31), que, expressando a própria estrutura social, é distribuída de forma desigual, ou, nos seus termos, “de maneira irregular”. Tal desigualdade, levada aos espaços da representação política em regimes democráticos, asseguram a existência e a continuidade de “conflitos”, que deverão tomar a forma política para suas possíveis soluções⁴.

Por sua vez, Iris Marion Young, filósofa e cientista política, compreende a representação a partir de três elementos: a representação de interesses, a

⁴ O tema da política como campo de possibilidade da resolução dos conflitos sociais encontra uma longa tradição no pensamento político que vai desde Stuart Mill (2018) até Ralf Dahrendorf (1966).

representação de opiniões e a representação de perspectivas (YOUNG, 2000, 1559). Por interesses entende “aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos” (p. 1700); por opiniões entende “os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas” (p. 2000); e as perspectivas diriam respeito a como esses dois elementos se plasmariam a partir de uma ação. Logo, pensar a representação, para a autora, é considerar a pluralidade de opiniões, interesses e perspectivas que compõem as sociedades contemporâneas, sendo estes os mecanismos que mobilizam indivíduos em suas relações com aquilo que diz respeito à esfera pública.

Nesse sentido é que podemos compreender a representação de atores do campo político, que também se movem por interesses, opiniões e perspectivas. Isso porque as transformações que se produzem no tecido social, com a pluralização de novas demandas postas ao Estado acionam posicionamentos de atores pertencentes a campos que se sentem ameaçados por tais transformações, com destaque para atores religiosos.

No caso da América Latina, em geral, e do Brasil em particular, o crescimento de segmentos Pentecostais e Neopentecostais, entre evangélicos, e da Renovação Carismática, entre os católicos, tem sido apontado como o grande fomentador da atuação política de atores do campo religioso nas últimas décadas. Imbuídos que se creem da missão de “salvar o mundo”, podendo mesmo fomentar uma “guerra espiritual”⁵ para isso, pentecostais encontraram no espaço da política legitimidade e oportunidade para se inserirem no mundo rumo à “construção do reino de Cristo”.

Por isso é que Joanido Burity, cientista político brasileiro, tem pensado a atuação política de evangélicos, e por extensão dos demais atores do campo religioso cristão-conservador, como o são os carismáticos, como a “principal novidade da política brasileira desde os anos de 1980” (2020, p. 3, tradução nossa). Segundo ele, a participação política a partir de lá exercida significou “a emergência de um novo ator, que em pouco tempo soube manejar as regras do jogo dominante e construir múltiplos espaços de visibilização, influência e representação”.

⁵ O imaginário da “guerra espiritual contra o mal” que está no mundo é um dos elementos que constituem a crença do pentecostalismo em suas diversas facetas. Sobre isso, ler Mariano (2014). Tal imaginário alicerçaria uma postura dúbia, da parte de pentecostais e carismáticos, que os levaria a agir, dentro dos Parlamentos, para pôr a política “à serviço da moral cristã” e para “preparar e recrutar a tropa cristã” na política (cf. MACHADO, 2015).

Também a socióloga Brenda Carranza destaca a entrada em cena de atores do campo religioso no campo político brasileiro, sobretudo a partir das mudanças sociais aqui promovidas e das tensões produzidas por elas, tendo como um de seus efeitos uma acirrada contraofensiva no campo legislativo contra os direitos humanos das minorias. Para a socióloga,

[...] no Brasil o clima de tensão social contribuiu para consolidar um novo ator político que emerge do setor conservador religioso: o evangélico pentecostal. Alinhado ao espectro ideológico político da direita e afinado com a direita cristã norte-americana, provoca um deslocamento estrutural do lugar da religião na esfera pública e uma nova relação entre religião e política (CARRANZA, 2020, p. 174).

A autora também indica os focos prioritários da atuação de parlamentares na política: a área da educação, com destaque para a mobilização contra questão de gênero⁶ e a proposta do Programa Escola sem Partido, que tomou forma numa intensa “cruzada” nacional com projetos apresentados tanto no Congresso Nacional como nos Parlamentos estaduais e municipais, que “retomam os valores cristãos na arena pública, a defesa da família patriarcal e heteronormativa” (CARRANZA, 2020, p. 179).

Um ativismo político-religioso, assim, se desenhou no Brasil nos últimos anos a partir da conjunção de interesses entre frações do cristianismo (religião hegemônica no país) que se percebem como ameaçadas por transformações socioculturais: justamente os evangélicos de viés pentecostal e os católicos tradicionalistas e os carismáticos.

Um conjunto de estudos foi produzido nos últimos anos para compreender a atuação política tanto de pentecostais como de católicos carismáticos.

Com relação aos carismáticos, além do estudo clássico de Miranda (1999) sobre seus modos de “fazer política” forjados no interior das Novas Comunidades, para ficarmos apenas nas produções dos anos 2010, podemos citar os seguintes: os modos como a Renovação Carismática Católica pensa institucionalmente a política a partir do Ministério Fé e Política, braço institucional do movimento dedicado ao recrutamento

⁶ Essa aliança entre católicos e evangélicos contra a questão de gênero tem sido, segundo Biroli (2020), uma das mais ameaçadoras plataformas políticas à democracia. No texto, que analisa a mobilização antigênero no continente latino-americano, como um dos processos de “desdemocratização” que conecta as “reações neoconservadoras à igualdade de gênero e à diversidade sexual” como constituinte dos processos de “erosão das democracias” (BIROLI, 2020, p. 136). Em outro texto, a autora já havia se debruçado sobre a questão, mas com foco apenas no Brasil (BIROLI, 2018). Sobre a questão da “ideologia de gênero”, o leitor pode consultar Carranza & Rosado-Nunes (2019).

de lideranças para a atuação política (PORTELA, 2010; PROCÓPIO, 2018); a construção do “candidato carismático” para o Legislativo municipal de Fortaleza nas eleições de 2012 (MIRANDA, 2015); o lugar da “convicção” nos processos de decisão de candidaturas de líderes carismáticos (PROCÓPIO, 2015); as atuações partidárias (PY&REIS, 2015); as relações entre políticos carismáticos e emissoras de TV católicas a partir do Congresso Nacional (PLACERES, 2017); a aliança de carismáticos e evangélicos na atuação política a partir da mobilização do conservadorismo social (SILVEIRA *et all*, 2017); a construção de candidaturas nas eleições de 2014 no estado do Amapá (REIS&SOUZA, 2018); desacordos entre políticos carismáticos no processo de afastamento de Dilma Rousseff (PROCÓPIO, 2019).

Assim sendo, as atuações políticas de ambos os seguimentos religiosos, que na arena política mitigam as diferenças confessionais em prol de uma mobilização mais intensa daquilo que escolheram como agendas políticas a serem impostas aos governos e ao legislador, nos permitem compreender atores políticos que, agindo a partir de uma gramática espiritualizada, vão se constituindo como legítimos players políticos, ou, o que nos parece ser aqui digno de nota, legitimam-se como tal a partir da própria pertença religiosa, levando à compreensão da política como um exercício para “vocacionados” a partir do universo da religião.

Ambos ativismos, com seus ardorosos representantes nas instâncias legislativas constituem-se em porta-vozes de suas igrejas, manipulam suas identidades religiosas e institucionais e dão mostras de relativo sucesso na empreita eleitoral [...] Quando se aproximam católicos e evangélicos para sancionar leis em sintonia com suas propostas de princípios éticos intramundanos acionam seus recursos institucionais e participam da dinâmica tensa de ter que negociar com outros atores políticos, como os movimentos sociais, para que suas propostas prevaleçam. Ao contestar os movimentos sociais, os papéis sociais pré-estabelecidos, tidos como tradicionais, e reivindicam direitos, parlamentares evangélicos, carismáticos e conservadores unem-se em conjecturações políticas com a finalidade de fazer valer um tipo de interpretação da verdade cristã. Igualmente se aliam numa cruzada ferrenha, lançando mão de todas as armas teológicas, argumentos disseminadores de pânicos morais, campanhas difamatórias e passeatas multitudinárias (CARRANZA, 2020, p. 111).

A inserção política, pela eleição de candidatos de diferentes confissões religiosas para cargos no Poder Legislativo relaciona-se ao que é definido pelas instituições religiosas como um “direito” de defender a sua “verdade” e atuar na esfera pública, em oposição a ações e conquistas capazes de ameaçar os valores cultivados no religioso. [...] Atualmente, segmentos cristãos desempenham um papel ativo na

formação da opinião pública, influenciando fortemente a formulação de políticas e legislações referentes a temas polêmicos, como homossexualidade, aborto e eutanásia. Na elaboração de leis, a ética e os valores das instituições religiosas tendem a orientar os posicionamentos da atividade parlamentar (GOMES, 2009, 17.19).

Uma última questão a se destacar é a forma de organização política desses dois segmentos⁷, tal como tem tomado forma nos últimos anos. Quando consideramos os evangélicos, além de observarmos uma atuação partidária difusa (indo de partidos à direita, como PSDB e PP, até mesmo dentro de partidos à esquerda, como PSB e PT), tem-se observado nos últimos anos uma maior condensação em partidos como *Republicanos* (controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus) e o PSC (partido cujos quadros são, em sua maioria, da Assembleia de Deus; dentro do Congresso Nacional, atuam por meio da conhecida “*bancada evangélica*”, cujos primeiros contornos se desenharam já por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e a *Frente Parlamentar Evangélica*, constituída em 2003. Por sua vez, os carismáticos atuam politicamente a partir de três frentes: o *Ministério Fé e Política*, que elabora as diretrizes para a atuação partidária de membros da RCC; o *Instituto Thomas More*, que fornece formação ao MFO; o *Encontro de Cristãos em Busca da Unidade e Santidade*, gerado no interior das Novas Comunidades, nas quais se incluem a Shalom; e a *Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana*, criada em 2015.

Vocação política, legitimidade, trajetória e carreiras políticas: conceitos em sociologia política

O termo “vocação” remete a diferentes significados. Do ponto de vista religioso, vocação refere-se à ideia de predestinação, chamamento a uma missão designada por Deus. Para o senso comum, sugere a posse de habilidades que o qualificaria ao exercício de uma profissão ou atividade específica. Ou ainda, propensão/interesse e talento por determinadas atividades que, em condições favoráveis, podem ser potencializadas (COELHO, 2000). Para a análise aqui proposta, adotaremos o entendimento incorporado por Max Weber em conferência intitulada “Política como vocação”, realizada em Munique, em janeiro de 1919.

⁷ No que diz respeito à progressiva participação eleitoral dos evangélicos no Brasil, ver Lacerda (2020), além dos outros textos citados anteriormente. Por sua vez, sobre a atuação dos carismáticos nas eleições brasileiras, ver Procópio (2012).

Em sua fala, Max Weber (1864-1920) toma de empréstimo o termo *vocação* para refletir sobre a atividade política e suas dimensões no plano das motivações que balizam as ações dos atores políticos. Segundo ele, há duas formas de fazer política: ou se vive “para” a política ou se vive “da” política.

Viver “para” a política diz respeito àqueles que escolhem a política como meio para a defesa de uma causa que lhe é cara. Ao contrário, aqueles que vivem “da” política, fazem dessa atividade uma fonte de renda. Em suas palavras:

Quem vive “para” a política a transforma, no sentido mais profundo, “no fim de sua vida”, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação à sua vida. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. (...) Daquele que vê na política uma permanente fonte de renda, diremos que “vive da política” (WEBER, 2011, p. 78).

Apesar da distinção, Weber deixa claro que ambas não são excludentes e que podem ser observadas, simultaneamente, nas práticas dos atores políticos muito embora seja na “devoção apaixonada a uma causa” (*ethos* político), no “viver para a política” que encontramos os elementos característicos da *vocação política*.

Na sua definição sobre os tipos de líderes políticos e suas respectivas formas de legitimidade⁸, Weber afirma que o líder carismático é o tipo ideal de político por vocação. É no carisma que se encontra a *fonte de vocação*. Carisma entendido como dons pessoais e extracotidianos de um indivíduo que o distingue dos demais e, por esse motivo, fonte de confiança pessoal e obediência.

Em virtude de suas qualidades prodigiosas (carisma), um líder carismático suscita a devoção das pessoas conduzindo-as a defesa de determinada obra. Por isso, líderes carismáticos podem ascender como “condutores de homens”, no sentido de influenciar para a luta política (em razão de uma causa) assim como de vocalizadores de demandas específicas, na qualidade de representantes políticos. Mas o carisma não é o único elemento que possibilita a construção de carreiras políticas.

⁸ Na definição weberiana, há três tipos ideais de lideranças política: o líder tradicional, o líder legal e o carismático. Cada tipo pressupõe um modo de legitimação da dominação. O líder tradicional tem como fonte de obediência os costumes santificados pela tradição. O líder racional-legal tem seu poder fundamentado na autoridade de regras racionalmente estabelecidas num estatuto legal reconhecido por todos. E por fim, o líder carismático tem sua legitimidade reconhecida no carisma (dons pessoais e extraordinários que singulariza um indivíduo). É em razão do seu carisma, de seus dons pessoais que os indivíduos o seguem e devotam fé na pessoa do líder (WEBER, 2011).

Para além da paixão e da defesa de uma causa que motiva as ações políticas, a ascensão ao campo político pressupõe o acúmulo de capitais simbólicos que, convertidos em capital político, viabilizam a entrada de novos competidores no mercado eleitoral. O acúmulo desses capitais deriva do reconhecimento e confiança depositados no indivíduo em razão das relações sociais mantidas ao longo de sua vida (capital social de notoriedade). Ou seja, é graças ao prestígio, reputação, qualificações socialmente valorizadas e/ou títulos adquiridos em sua vivência nas mais diferentes arenas de sociabilidade. Vale destacar que, muito embora seja um elemento de distinção social e que deriva do reconhecimento coletivo, esses recursos pessoais são diferentes daquilo definido por Weber como carisma⁹.

Disputar espaço numa arena eleitoral fechada e competitiva, portanto, exige dos estreates nas disputas eleitorais atributos e reconhecimento que os singularizem frente aos seus pares. Na ausência desses recursos pessoais, Marengo (2013) chama atenção ao *capital coletivo* oriundo de grupos sociais tais como partidos, sindicatos, movimentos sociais e aqui incluímos grupos de identidade religiosa que não só emprestam legitimidade ao candidato por eles escolhido como garantem os recursos necessários para oportunizar sua entrada no campo das disputas eleitorais.

(...) o indivíduo não dispõe de atributos pessoais, tampouco dos recursos materiais indispensáveis para o *début* de uma carreira política bem sucedida. Suporte financeiro, apoio militante, emblemas e interpelações ideológicas compensam a carência de atributos individuais, ao mesmo tempo que submetem seu beneficiário à organização capaz de provê-los. Candidatos de origem social mais baixa, que não dispõe de recursos eleitorais próprios, precisam compensar esta carência com o aval e suporte partidário sob a forma de ajuda financeira, apoiadores voluntários, funcionários profissionais, estrutura logística e organizacional, obtidos em contrapartida à lealdade construída após longo tempo de party membership, induzindo processo de self-reinforcing para carreiras partidárias (Fiorina, 1997; Dogan, 1999; Best e Cotta, 2000; Katz, 2001) (MARENCO, 2013, p. 44).

Assim, a disputa a um cargo representativo pressupõe, por parte do postulante, a incorporação do capital simbólico derivado (e emprestado pela) da comunidade religiosa, “permitindo ao aspirante compensar a carência de atributos pessoais - notoriedade, diploma, posses - pela oferta de contrapartidas simbólicas como programas, visões de mundo, valores éticos, bandeiras sociais, transferidos pela

⁹ Para maiores detalhes, ver Weber (2011) e Marengo (2013).

identificação partidária”. (MARENCO, 2013, p. 45). Ou seja, são candidaturas que se viabilizam por meio do e em defesa dos interesses do seu grupo de pertencimento.

Nesse caso, a escolha por um nome que represente o grupo no mercado eleitoral vai depender do grau de inserção e pertencimento do indivíduo, do prestígio adquirido frente aos demais membros do grupo, da identificação e defesa de pautas identitárias e que constituem elemento de coesão do grupo. Aqui, a organicidade dessa representação não tem relação propriamente com a composição partidária, mas e antes de tudo, com o sentimento de pertencimento à comunidade religiosa.

Uma candidatura que se constitui sob tais bases (capital coletivo) tende a dedicar maior parte de sua atividade política a “causa do grupo” a que foi escolhido representar. De tal maneira que aquilo que garante a legitimidade da representação - ou seja, a defesa da “causa” que é cara à comunidade de pertencimento e que, portanto, dá sentido à representação política - é também o motivo pelo qual o político atribui a razão de sua entrada na política, convergindo para a ideia de vocação política não apenas no sentido de “chamamento”, mas também de “fim de sua vida”.

Assim, fez-se necessário compreender as trajetórias construídas pelos vereadores Jorge Pinheiro (PSDB) e Priscila Costa (PSC) em suas comunidades religiosas (a partir dos sentimentos de pertencimento) até suas inserções no campo político. O lugar (social) ocupado e os capitais acumulados através das funções exercidas por cada um nesses grupos são chaves interpretativas importantes para a análise de suas carreiras políticas e dos sentidos atribuídos às suas atividades parlamentares a partir da ideia de vocação política.

A pertença religiosa como legitimidade para a vida política

Neste tópico analisaremos as concepções de “vocação política” acionadas pelos vereadores Jorge Pinheiro (PSDB) e Priscila Costa (PSC) a partir da compreensão do surgimento desta no interior da própria pertença religiosa. Para tanto, lançaremos mão de entrevistas realizadas com os dois durante a realização de uma pesquisa de Pós-Graduação¹⁰ que tratou, exatamente, de compreender os contornos do exercício parlamentar de ambos, a partir da ideia de “crise da democracia”. Nosso interesse aqui, contudo, será limitado à compreensão dos modos pelos quais a pertença religiosa é acionada para legitimar pretensões de representação política.

¹⁰ Realizada por Freitas (2020), no Programa de Planejamento e Políticas Públicas (UECE).

Herança religiosa, herança política? O caso da vereadora Priscila Costa

Priscila Costa é formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará e foi eleita para seu primeiro mandato como vereadora em 2016, com um total de 5.491 votos, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). É filha e neta de pastor protestante da Assembleia de Deus, mãe de três filhos. Seu avô paterno foi deputado estadual por três mandatos e presidente da referida instituição religiosa. Em 2018, ainda pelo PRTB¹¹, disputou uma vaga para a Câmara Federal, obtendo um total significativo de 48.041 votos, quase oito vezes a mais do que o total obtido dois anos antes, somente na cidade de Fortaleza. Apresenta-se em suas redes sociais como *“vereadora de Fortaleza, conservadora, jornalista, militante da causa Pró-Vida e apaixonada pelo Evangelho de Cristo”*.

No ano de 2020, foi reeleita com 14.606 votos, mais do que triplicando o total de votos recebidos em 2016, dando mostras de que: soube exercer um mandato em diálogo com a agenda cara ao segmento que representa, mobilizando a agenda moral que lhes contempla; soube prestar contas de seu mandato, sobretudo com a linguagem das redes sociais; soube alargar o seu eleitorado, falando mais para os conservadores em geral, dentre os quais se encontrariam católicos e os sem-religião, do que apenas para evangélicos¹².

Conforme dissemos mais à frente, Priscila é neta de deputado estadual, e recorda de seu avô como alguém que “acreditava na participação do cristão em todas as esferas da comunidade, incluindo a política”. Assim, em sua própria casa convivia com um universo em que os dois campos, religião e política, conviviam harmonicamente¹³.

Exercendo a função de “líder de jovem” numa igreja que tem mais de 100 congregações, reúne-se periodicamente com os líderes jovens de cada uma dessas congregações, o que já lhe possibilitava a construção de uma base eleitoral. Na

¹¹ Em 2020 a vereadora concorreu à reeleição filiada ao PSC (Partido Social Cristão), e tem se destacado como uma das mais influentes defensoras do governo de Jair Bolsonaro no Ceará.

¹² A análise das campanhas de reeleição dos dois parlamentares aqui considerados, com ênfase na campanha em redes sociais, foi desenvolvida por Silva *et all* (2021).

¹³ Em um momento da entrevista, embora diga que seu interesse pela vida política tenha sido decorrente de sua formação em Jornalismo, que a levou a “saber dos acontecimentos, das notícias, dos assuntos sociais em debate”, teria sido seu “ambiente de fé” o que de fato contribuiu para sua decisão: “Posso dizer que fui influenciada politicamente pelas lideranças da minha igreja, pelo que elas fazem pela sociedade, isso me fez desenvolver um coração ardente pelas causas sociais”.

posição de mulher, pôde ver nesse exercício de liderança a oportunidade de se constituir como um outro tipo de pastoreio, o político, uma vez que em sua igreja não há a possibilidade de pastoreio feminino. Assim, encontrou nesse ministério a oportunidade de pastorear sob outro universo que não o litúrgico. É o que se pode depreender de suas palavras:

Minha igreja não ordena pastora, ou seja, não tem mulheres no ministério pastoral, embora nas assembleias de Deus, as mulheres têm muita influência: nos círculos de oração; na formação de membros e os pastores, pois elas são professoras de escola dominical; influenciam a juventude, podem subir no altar e fazer uso da palavra em pregações, testemunhos; são enviadas como missionárias; plantam novas igrejas em cidades onde não há a presença do ministério.

Questionada sobre o papel que atribui à religião no mundo contemporâneo, a vereadora assim se expressou:

[...] costumo questionar o papel da igreja nas diferentes esferas da vida social, e não apenas nas experiências vivenciadas nos templos, nos locais de prática de fé. A gente, como igreja, precisa repensar nossa influência, ultrapassar as quatro paredes da igreja e avançar. Precisamos influenciar outras esferas da sociedade para que os bons resultados vivenciados dentro dos ministérios comecem a aparecer na sociedade.

Observemos sua linha de raciocínio: antes de tudo, a igreja tem um *papel* “nas diferentes esferas da vida social”, e veremos mais à frente quais seriam; isso é um dado. Assim, pois, havendo tais papéis, cumpre a elas assumi-los, exercê-los; e esses vão além das “quatro paredes”, o que significa dizer que não se resumem a um papel religioso, litúrgico etc, mas a algo que está no seio da vida social, ou melhor, em toda a vida social. Mas, qual seria esse papel? Segundo a vereadora, a função de transformar a sociedade:

A Igreja ainda não é tão efetiva na transformação da sociedade. Acredito que isso acontece devido ao fato que ainda não nos despertamos para nosso real papel social. De acordo com minha fé, acredito que Deus criou todas as coisas e nos orienta a governar todas as coisas: a cultura, as artes, a educação, o esporte etc. Tudo isso é assunto da igreja, pois a igreja não é uma instituição, a igreja somos nós, e nós devemos influenciar. Creio que essa mentalidade foi perdida, vivemos muito no institucional. Temos que pensar nossa atuação de forma mais ampla, por exemplo, como promotor de justiça,

como posso influenciar como cristão na promotoria? Na empresa? Na escola? Não devemos alimentar o pensamento que só somos crentes quando estamos na igreja ou dentro de uma programação religiosa. Portanto, aqui, onde desempenho minha função social, para o pensamento errôneo, não precisaria fazer nada em nível de minha fé. Não é isso que deve acontecer! Somos igreja e devemos desenvolver nossa fé em todos os lugares.

Além da separação entre religião e Estado, um dos pilares da Modernidade, também autonomia das demais esferas sociais em relação a esta¹⁴ não está contida na visão de mundo expressa pela vereadora, que na verdade revela uma mais complexa cosmovisão: a de que tudo o que é social ou que se refere à sociedade é de interesse da religião, ou melhor, da igreja. Não haveria nada que pudesse furtar-se a essa gerência da religião: sobretudo porque há uma vocação - *“Deus ... nos orienta a governar todas as coisas”* - presente em cada um deles. Influenciar, pois, passa a ser o imperativo de ação para os cristãos: não mais agir como promotor de justiça, mas como promotor de justiça cristão; assim, o exercício parlamentar também deve ser exercido dentro dessa lógica, levando-a a *“desenvolver a fé em todos os lugares”*, inclusive no Parlamento. Melhor dizendo, todos os lugares devem ser capturados pela fé¹⁵.

Questionada se acreditava que sua carreira política correspondia a um “ministério” ou a um “chamado divino”, a vereadora respondeu: “Acredito que assim como Deus levanta pastores, evangelistas, ministros de curas, líderes, artistas, levantam também políticos, pois isso não é para qualquer um. Nesse caso, sinto-me sim, vocacionada”.

Assim, estaríamos diante de alguém que exerce uma vocação. Exercendo tal vocação é que se percebe como representante do “cristão conservador” ou do “conservador cristão”.

Como Priscila observa a relação entre religião e política no cenário contemporâneo? Para responder a essa questão e postular a legitimidade da presença da religião como religião no espaço público, a vereadora interpela a ideia de “grupos”, conforme podemos ver abaixo:

¹⁴ Sobre tal separação/autonomia, ver o texto de Weber (1979) em que se analisa as diversas tensões provocadas pela e com a religião pelas esferas sociais (política, arte, mercado, erótica etc).

¹⁵ Com o devido destaque dado à política, espaço no qual se produziria e se manteria uma ética. Sobre tal percepção, ver Nascimento (2018).

Não vejo nenhum problema na relação entre política e religião, inclusive, entendo ser muito legítima essa relação, pois a política existe para que a visão de mundo de determinados grupos seja representada, daí nossa visão de mundo é completamente formada dentro da religião. Eu poderia dizer que nossa visão de mundo é formada pela cultura, porém digo religião, pois a própria cultura é estabelecida pelos fundamentos de fé vivenciada por dada sociedade, por exemplo, quando falamos de uma mentalidade ocidental, estamos falando de uma mentalidade criada da tradição judaico-cristã. Então nossa fé marca nossa cultura e a política acaba existindo para representar isso, ou seja, o que o povo é, pensa.

A legitimidade, pois, desta presença no espaço público por meio de representantes religiosos é ainda maior, como podemos ver acima, pelo fato de a religião (no caso brasileiro, a cristã) formatar os valores que circula pela vida social. Sendo a formadora da mentalidade social, caberia à religião a vocação de geri-la por meio de sujeitos como Priscila. Logo, tal atuação manteria uma ética e uma moral verdadeiras, próprias de uma sociedade tradicional, ou a recuperaria, revigorando valores que, exatamente por conta do afastamento da religião em relação à política, teriam se produzido nos últimos anos:

Em relação à máxima que vigorava entre os cristãos até há pouco tempo de que religião e política não deveriam se misturar, acredito que foi exatamente por isso, afugentando pessoas sérias, é que a política passou a ser exercida através de mentiras, do populismo. Isso foi associado à política, porém, afirmo, política não é isso! Agora, depois de sofrermos tanto com corrupção, mentiras e oportunismo, chegou-se à questão: ou se coloca a mão na massa para resgatar a política ou desistiremos do país. Então acredito que boa parte dos brasileiros decidiram colocar a mão na massa e resgatar o que é a verdadeira política. [...] o cristão quer pessoas que lutem e acreditem na liberdade de fé e não em pessoas que depositem suas esperanças em um partido que será iluminado e ungido para transformar a sociedade. Não! Nossa esperança não vem de um partido e sim do Senhor (Deus).

Interpelada sobre a visão cristã acerca da democracia e o papel da política, Priscila afirma:

Entendo que a democracia é direito da maioria, respeitado as minorias. Isso deve se dá a partir dos fundamentos da sociedade. Veja, a esquerda vai olhar para o mundo e tentará incluir as pessoas em políticas identitárias: pobres e ricos; brancos e negros, homem e mulher, índio e não índio, nortista e sulista. Quando se observa a visão cristã de mundo não é possível dividir a sociedade assim, pelo contrário, nosso olhar é a partir de princípios, e tais princípios devem

ser respeitados independente de grupos que tais pessoas pertençam, se minoria ou maioria. Exemplo, o Princípio da Vida, ele deve ser respeitado independente de grupos, por isso, o cristão é contra o aborto, pela defesa dos mais frágeis, daqueles que nem conseguem se manifestar. O aborto é a política dos mais fortes contra os mais fracos.

A interpretação de que a democracia se caracteriza pelo “direito da maioria, respeitando as minorias” é, ao mesmo tempo, crítica às políticas sociais identificadas com partidos à esquerda como também uma proposta de ressignificação do papel do Estado: “proteção aos mais vulneráveis” a partir da defesa dos valores cristãos. Nesse caso, a clássica distinção entre classes e segmentos sociais é substituída por uma “visão de mundo” balizada, como sugere a vereadora, por “princípios cristãos”.

A oração e o discernimento como produtores da vocação: o caso de Jorge Pinheiro

Jorge Pinheiro, advogado, elegeu-se para seu primeiro mandato como vereador em 2016, pelo Partido da Social Democracia Cristã (PSDC), com um total de 5.969 votos. Foi candidato, pelo mesmo partido, em 2012 (quando alcançou 2.076 votos), mas não havia logrado êxito¹⁶. É membro consagrado da Comunidade Católica Shalom, na modalidade Comunidade de Aliança, há 26 anos, tendo já sido enviado em missão para a cidade de Salvador. Apresenta-se como “*consagrado na Comunidade Católica Shalom, casado, pai de 7 filhos, advogado, Pró-Vida, conservador e vereador de Fortaleza*”. Em 2020, candidatou-se à reeleição pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Advogado com atuação em Execução Penal e Direito Canônico, é membro da Sociedade Brasileira de Canonistas. Foi assessor jurídico da Direção das Casas de Custódia (CPPL-I e CPPL-III) da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará (2010-2015). É apresentador do Programa “*Relacionamentos de A a Z*”, transmitido pela Rádio Shalom AM 690, aos sábados, das 13h às 15h, com informações e entrevistas

¹⁶ Miranda (2015) realizou uma interessante análise de sua candidatura, assim como de outros membros da RCC, naquela eleição. Por ocasião da entrevista realizada por Freitas (2020), Jorge disse o seguinte, comparando o seu desempenho nas duas eleições: “O que mudou de uma campanha para outra é que na segunda, um conjunto de fatores me favoreceram. Por exemplo, dentro da Comunidade não houve nenhum outro candidato. A minha comunidade de fé não diz: ‘fulano é o candidato, é nosso candidato’. Você nunca vai ouvir o fundador da Comunidade dizendo em quem vai votar. Ele não diz para ninguém, nem para deputado estadual ou federal, presidente, vereador”. Na verdade, o fato de a Comunidade ter lançado apenas seu nome, e não 4 como em 2012, foi crucial para sua vitória, o que confere ao analista a hipótese de que o lançamento único de candidatura deixa margem, mais do que suficientes, para que a Comunidade diga, sim *em quem votar*.

voltadas, principalmente, para “preparação adequada para constituição da família”, sua “preservação” e dicas para uma boa vivência e “superação de crises familiares”. Na referida Comunidade também atua como pregador, aos fins de semana.

Em 2020, foi reeleito com 8.319 votos, o que nos diz que, ainda não conseguiu nem mesmo dobrar o número, o que nos possibilita pensar que Pinheiro, embora exitoso em seu empreendimento junto aos católicos, não teria conseguido pluralizar seu eleitorado para além deste seguimento.

Ao contrário de Priscila, para quem “deus” havia destino o governo aos religiosos, Jorge pensa que “a Igreja Católica não quer governar, não quer exercer o chamado poder temporal”. A ela caberia, apenas, o papel de “iluminar as consciências daqueles que são construtores da sociedade”, dentre dos quais identifica não apenas os membros da classe política, “mas também os construtores da ética, dos valores”, mostrando assim sua visão de que os valores são construídos em sociedade, e que quanto mais elas forem “cristãs” mais o serão esses valores.

Como se produziu seu ingresso na vida política e sua decisão pelas disputas eleitorais? Para responder, como o fazem outros carismáticos em textos citados neste artigo, Jorge apela à ideia de “chamado”, que se aproxima da ideia de vocação, e isso se dá de dois modos. O primeiro é o chamado por meio do trabalho pastoral, humano, material:

Em relação à questão sobre o momento que decidi entrar na política, digo que sempre fui pró-vida. Defender a vida foi sempre presente na minha vida, acredito que devido à educação que tive, pela própria vivência na Igreja. Comecei a participar de muitos abaixo-assinados por temas ligados à vida, foi quando comecei a perceber que existiam poucos que levantavam realmente essa bandeira a favor da vida e da família. Daí, comecei a ser inquietado por Deus no meu coração para que eu pudesse me envolver mais na política, pois, eu trabalhava na evangelização e sempre procurei cuidar de vida, jovens, família. Eu comprometi minha vida mesmo, pois estava acabando de sair da faculdade, era a melhor época de se passar num concurso, montar um escritório. Porém, dediquei os melhores anos de minha vida à evangelização e não me arrependo, foi a melhor coisa que fiz.

O segundo modo se deu por meio da oração, logo, de uma dinâmica espiritual:

Na verdade, o “click” mesmo foi um dia que disse que tinha certeza que Deus não queria que eu participasse da política, foi nessa hora que senti um negócio dentro de mim, Deus dizendo: “Eu nunca disse isso para você”. Eu respondi: “Tu não me disseste isso, Deus! Então é coisa

de minha cabeça?” Foi daí que comecei a acreditar que Deus poderia querer que entrasse na vida política. Passei a meditar e a rezar mais sobre isso. Daí foi me encaminhando até me candidatar pela primeira vez.

Parece haver aqui uma distinção entre a compreensão de vocação entre os dois. Jorge, não sendo herdeiro político nem religioso de nenhuma parente como Priscila o é devota sua vocação como um produto antes do trabalho missionário e, depois, de uma compreensão oracional, espiritual. Parece sugerir que sua vocação produzira-se como o reconhecimento pelo trabalho militante *pró-vida*, que teria funcionado como uma preparação. Por sua vez, a compreensão de Priscila é a de que haveria uma determinação a priori, independente de seu trabalho missionário, que se produzira naturalmente por ser quem é: deus escolheu antes. Por isso é que, para Jorge, a vocação política “depende do chamado de Deus, pois se no desenvolvimento de sua vocação haja uma necessidade de que ele passe pela política”, assim se fará, ao passo que para Priscila ele haverá de passar por que deus o chama para “governar todas as coisas”.

Enquanto aquela diz representar o “conservador cristão”, Jorge vê-se como representante daqueles “que acreditam que os valores devem estar permeados na sociedade”, dessa forma, não poderia dizer que seus eleitores “são todos cristãos”. Apesar disso, percebe seu mandato como “tendo origem no grupo cristão”.

Entende como “estado laico” e as relações entre religião e política da seguinte forma:

É um Estado que não adota uma religião oficial que o governa. Ele não é Estado que exclui religião. O Estado é conceito abstrato formado por povo que, por sua vez, é formado de valores. De maneira efetiva, o povo brasileiro é cristão, isso não significa que a religião do país é o Cristianismo, pois o Estado é laico, portanto, reconhece todas as expressões religiosas independentemente da quantidade de adeptos que tenha essa ou aquela religião. Ninguém pode ser impedido de cultuar, o Estado laico não intervém nessa liberdade. Assim como a religião não deve governar, o Estado não deve interferir na religião, antes deve proporcionar para que as pessoas, em suas liberdades de crença, possam exercer sua religião. Importante é que o Estado não somente deve criar óbices, é igualmente importante que a consciência de quem governa deva ser iluminado por valores do povo brasileiro, é isso que se deve pensar.

Como se pode perceber, há uma certa imprecisão entre a ideia de que “a religião não deve governar” e a prática política do vereador em atuar impondo valores cristãos ao universo da política. Sendo o Cristianismo hegemônico no Brasil, quem governa deve “ser iluminado” pelos valores dessa religião.

Considerações finais

Para Max Weber, a vocação política pressupõe sentimento de responsabilidade, senso de proporção e, antes de tudo, paixão, dedicação a uma causa para a qual sua atividade política seja direcionada. O vocacionado para a política é “aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe” (WEBER, 2011, p. 157).

Nesse sentido, vocação política, tal qual mobilizada por esses parlamentares, carrega dois sentidos: por um lado a acepção weberiana de vocação, segundo a qual a atividade política deve servir de meio para a defesa de uma “causa”, razão pela qual os vereadores optaram por seguir carreira política. Por outro, a própria inserção no campo político, o *chamamento*, por assim dizer, para a atividade representativa deriva da necessidade de grupos de identidade religiosa, a partir de espaços institucionais, inculcar sua “visão de mundo cristã” e influenciar políticas públicas que os afetam direta ou indiretamente.

O ambiente em que Priscila Costa foi socializada - avó deputado, avó e pai pastores evangélicos - forneceu um conjunto de recursos pessoais que, dentro do grupo de pertencimento religioso, favoreceu sua emergência como uma potencial representante do segmento evangélico fortalezense. Por outro lado, Jorge Pinheiro construiu, ao longo de anos, através das diferentes atividades desempenhadas na/atraves da Comunidade Shalom sentimento de pertencimento frente aos membros da comunidade, o que oportunizou o reconhecido como alguém que poderia representar as demandas do grupo.

A despeito das diferenças quanto aos modos de inserção na vida política, o acúmulo de capital social no interior dessas comunidades de identidade religiosa e o modo como o comportamento e os sentidos da prática religiosa atuam sobre seu *ethos* político legitimou a candidatura desses vereadores. O entendimento de que suas atividades políticas cumprem uma “missão” através da estrutura institucional reforça

a legitimidade de seus mandatos frente às comunidades religiosas que representam confirmando a ideia de que são vocacionados para a política.

Referências

- BIROLI, Flávia. **Gênero, “valores familiares” e democracia**. In: BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan-Maria. *Gênero, neoconservadorismo e democracia.: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 135-186.
- _____. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BURITY, Joanildo. *Ola conservadora y surgimento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment em Brasil*. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas-SP, v.22, p. 1-24, 2020.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *Vocação política e ética da responsabilidade*. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24, 2000*. Petrópolis. Anais... Petrópolis: ANPOCS, 2000. p. 01-13. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt01-14/4710-mcoelho-vocacao/file>
- FREITAS, Marcelo Silva. (2020). **(Des) contentamento com a política e representação: o exercício parlamentar dos vereadores religiosos na câmara de fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2020.
- CARRANZA, Brenda. *Erosão das democracias latino-americanas: a ascensão política dos cristãos*. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas-SP, v.22, p.1-17, 2020.
- CARRANZA, Brenda; ROSADO-NUNES, Maria José. *Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo*. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.17, n.53, p. 936-964, 2019.
- DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed UnB, 2016.
- _____. **A moderna análise política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lidaador, 1970.
- DAHRENDORF, Ralf. **Sociedad y libertad**. Tecnos: Madrid, 1966.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- GOMES, Edlaine. **A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto** In: DUARTE, L.F. *et all*. *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 15-44, 2009.
- LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos*. **Religião e Sociedade**, São Paulo, vol.35, n.2, pp.45-72, 2015.
- MARENCO, André. *O que podemos explicar estudando carreiras políticas?* In: MARENCO, André. **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em Porto Alegre**: Editora da UFRGS, 2013.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2014.
- MILL, Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.
- MIRANDA, Júlia. *Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012*. *Ciências*

Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 2, n. 51, p. 201-211, mai-ago 2015.

_____. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso no político.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MOUFFE, Chantal. **Religião, democracia liberal e cidadania.** In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores. Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006. Cap. 1. P. 10-27.

NASCIMENTO, Valmir. **Entre a fé e a política: participação dos evangélicos no processo político-eleitoral.** Reflexões sobre legitimidade, abuso de poder e ética cristã na esfera pública. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A influência da religiosidade sobre as políticas públicas no governo Bush** In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org). Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA. São Paulo: Paz e Terra, 2009, cap. 5, p. 193-242.

PLACERES, Giulliano. Confluência política, religiosa e midiática: os laços das redes paulistas de televisão católica no Congresso Nacional. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 42, 2017.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff. **Contemporânea**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2019.

_____. Como funciona o Ministério Fé e Política da Renovação Carismática Católica. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, São Paulo, vol 23, 2018.

_____. Responsabilidade e convicção: a política do catolicismo carismático. **Inter-Legere - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN Natal-RN**, n. 17, 2015.

PY, Fabio; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Católicos e evangélicos na política brasileira. **Estudos de Religião**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2015.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; SOUZA, Newrison Barbosa de. A participação dos carismáticos católicos na política amapaense. **Marupiará - Revista Científica do CESP/UEA**, [S.l.], n. 3, p. 76-99, abr. 2019.

SILVA, Emanuel Freitas; OLIVEIRA, Kerolaine de Castro; DAVID, Renan Cairo. Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, Fortaleza, vol. 11, n. 26, p.162-197, Janeiro. 2021.

SILVEIRA, Emerson José Sena da; MANDUCA, Vinicius; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Carismáticos, Política e Conservadorismo Social. **Religare**, João Pessoa, v.16, n.1, 2019.

YOUNG, Iris Marion. **Representation and social perspective.** In: YOUNG, Iris Marion. Inclusion and Democracy. Nova York: Oxford University Press, 2000.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. **Rejeições religiosas do mundo e suas direções.** In: WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979 (cap. 8).

Recebido: 01 Jul 2021

Aceito: 01 Set 2021